
A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E O ENSINO DO ALUNO SURDO

RIBEIRO, H. M.¹
NASCIMENTO, A. P.²

Recebido em: 2012-10-29

Aprovado em: 2013-07-30

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.972

RESUMO A Língua Brasileira de Sinais - Libras tem sido de grande relevância para que o processo de inclusão realmente aconteça, permitindo o desenvolvimento linguístico, social e intelectual dos surdos, favorecendo o seu acesso ao conhecimento cultural-científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence. Antes que ocorra o aprendizado da língua portuguesa, deve ser garantida ao surdo, primeiro a aquisição da Língua de Sinais, que possibilitará a ele constituir-se como sujeito e, conseqüentemente fornecerá um suporte linguístico para ser capaz de aprender uma segunda língua. Este artigo tem por objetivo analisar a importância da língua de sinais no desenvolvimento educativo dos alunos da rede regular de ensino. A metodologia adotada para este trabalho foi pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa. A coleta das informações foi realizada pela pesquisadora, utilizando-se de fontes virtuais indexadas na base de dados do *Google Acadêmico*.

Palavras-chave: Educação para surdos. Prática pedagógica. Língua brasileira de sinais.

THE LANGUAGE OF SIGNS AND BRAZILIAN STUDENT TEACHING DEAF

SUMMARY: The Brazilian Sign Language - Pounds has been of great importance for the inclusion process actually happen, allowing language development, social and intellectual deaf, favoring their access to cultural and scientific knowledge, as well as integration into the group social belongs. Before learning that occurs in the Portuguese language, shall be guaranteed to the deaf, first the acquisition of sign language, which will allow it to establish itself as subject and hence provide a linguistic support to be able to learn a second language. This article aims to analyze the importance of sign language in the educational development of students in the regular school system. The methodology adopted for this study were research literature, qualitative and exploratory. Data collection was performed by the researcher, using virtual sources indexed in the database Google Scholar.

Keywords: Education for the deaf. Pedagogical practice. Brazilian sign language.

INTRODUÇÃO

A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. As línguas de sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar as ideias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida dos surdos. Pensar sobre a Surdez requer penetrar no “mundo” dos surdos e “ouvir” as mãos que com alguns movimentos nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos. Permita-se a “ouvir” estas mãos. Somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem “ouvir” o silêncio da palavra (Ronice Quadros).

Segundo Secco; Silva (2009), a Língua Brasileira de Sinais – Libras pode ser definida como uma língua legítima e natural, da comunidade surda do Brasil, sendo a maneira com a qual eles se comunicam

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia. Email: heloisamacedo2a@hotmail.com

² Especialista em Educação Inclusiva. Licenciada em Letras e Pedagogia. Docente da FE/FFCL. Email: alessandra.nascimento09@gmail.com

entre si e com os ouvintes. Possui estrutura gramatical independente da língua portuguesa e sua aprendizagem e aquisição são necessárias não apenas por parte dos surdos, mas também por nós, ouvintes, e principalmente pela família do surdo. Promover a inclusão social dos surdos e demais portadores de necessidades especiais é tema de debate e objeto de estudo por parte de profissionais não apenas da área de educação, mas também assistência social, informática na educação, psicologia, entre outras.

Existiram dois grandes períodos na educação dos surdos:

Um período prévio, que vai desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX, quando eram comuns as experiências educativas por intermédio da Língua de Sinais, e outro, que vai de 1880, até nossos dias, de predomínio absoluto de uma única 'equação' segundo a qual, a educação dos surdos se reduz à língua oral (SKLIAR, 1997, p. 109).

Segundo Menezes; Santos (2006), o Brasil ainda era Colônia governada por Dom Pedro II quando Língua de Sinais chegou ao país.

O conde Ernest Huet, deficiente auditivo, foi quem impulsionou o aparecimento da língua de comunicação dos surdos através do alfabeto manual francês trazido por ele à capital fluminense.

O primeiro Instituto para surdos-mudos no Rio de Janeiro foi fundado em 1856, recebendo atualmente o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Na época atendia somente a homens e era tido como um asilo, apenas.

De acordo com Souza (2007), dados divulgados no Censo de 2000, evidenciam que existem 72.134 habitantes incapazes ou com alguma dificuldade permanente de ouvir, cujo diagnóstico das deficiências de audição realiza-se por meio de avaliação médica e audiológica.

A educação especial tem se demonstrado como um método de inclusão social dos alunos surdos, revelando as dificuldades em diversos âmbitos: familiar, escolar e sociocultural.

Lacerda (2006) afirma que a educação de pessoas surdas é um tema bastante preocupante. Pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior indicam que um número expressivo de indivíduos surdos que passaram por vários anos de escolarização, apresentaram competências para aspectos acadêmicos inferiores ao de alunos ouvintes, mesmo com as capacidades cognitivas iniciais semelhantes.

Sendo assim, percebe-se que existe uma inadequação do sistema de ensino no que se refere à educação dos surdos, algum equívoco que deve ser revertido para que esses indivíduos possam se desenvolver plenamente. Em todo o mundo, a partir da década de 1990, foi difundida a necessidade de uma política educacional de inclusão dos indivíduos com necessidades educativas especiais, sugerindo maior respeito e socialização destes grupos.

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, garante o oferecimento da Educação Especial como uma modalidade de ensino preferencialmente na rede regular, desde a Educação Infantil (de zero a cinco anos) até a Educação Superior.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a LDB nº 9394/96, vieram contribuir para o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Educação Especial no atendimento educacional em escolas especiais, e prioritariamente, em escolas regulares.

Conforme Salles *et al* (2004), as garantias individuais do surdo e o pleno exercício da cidadania, alcançaram respaldo institucional decisivo com a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em que é reconhecido o *status* da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda.

Atualmente, segundo dados oficiais do Ministério da Educação e Cultura - MEC, houve um aumento significativo de matrículas na educação especial, dentre elas, a de alunos surdos na rede regular e

superior, fazendo com que as instituições contratassem o intérprete de Libras. No entanto, devido ao cumprimento das propostas de inclusão na educação, o trabalho do intérprete de Libras e língua portuguesa se torna um desafio (MARTINS; MACHADO, 2009).

Conforme Amaro (2010) devido a esse crescente número de alunos surdos matriculados em escola regular, é imprescindível observar como a inclusão de indivíduos com necessidades especiais está ocorrendo. Verificar como está acontecendo a aquisição da leitura e escrita, a imagem que os docentes de escola regular estão construindo deste aluno e analisar a influência desta imagem em sua prática pedagógica.

Segundo Lacerda; Lodi (2007), a educação dos surdos necessita dar preferência ao desenvolvimento da língua de sinais por meio da relação das crianças com adultos surdos que utilizam essa língua, possibilitando assim o ensino na modalidade escrita da Língua Portuguesa. A maioria dos deficientes auditivos convive com problemas no processo de alfabetização, devido ao fato de que a língua portuguesa é aplicada sem que a maioria dos alunos surdos tenham tido acesso à língua de sinais.

A partir disso, percebe-se quão importante é para o surdo aprender a se comunicar e a conhecer a língua de sinais como primeira língua, para depois aprender a Língua Portuguesa utilizada por todos os ouvintes com os quais convive.

Outro fator que influencia na alfabetização é o fato de nas escolas, a escrita ser ensinada com base na oralidade, situação que não favorece o aprendizado dos alunos surdos, além das dificuldades encontradas pela falta de referenciais sonoros, pois o desenvolvimento cognitivo do surdo é baseado em experiências visuais.

Sendo assim, essas transformações devem ser inseridas para o seguimento deste programa de Inclusão Bilíngue.

O ideal é que estas salas fossem conduzidas por um professor bilíngue, fluente em Libras, fazendo com que os conteúdos de cada série fossem desenvolvidos através de métodos pensados em Libras, no entanto seguindo o planejamento geral das escolas.

Dessa forma, o aluno teria uma educação condizente com a sua realidade, o que contribuiria para uma aprendizagem mais efetiva.

Para isso, é necessário que professores bilíngues, juntamente com a coordenação da escola, discutam estratégias pedagógicas a fim de adequar os conteúdos abordados com os alunos ouvintes, aos alunos surdos, em classes cuja língua de instrução é o Português.

Roth; Pereira Júnior (2010), afirmam que a inclusão de um aluno surdo no ensino regular ainda é visto com preocupação por parte de alguns docentes, que se deparam com as dificuldades em elaborar uma aula inclusiva.

Diante disso, verifica-se que existem diversos alunos com aprendizagem limitada devido a falha na comunicação e problemas de planejamento de conteúdos por parte desses docentes.

Dados de Censo Escolares dos últimos dez anos indicam que, o número de alunos com deficiência matriculados em turmas regulares de escolas públicas, aumentou em 493%. Em 2000, eram 81.695 estudantes. Já em 2010, o número de alunos que ingressaram em classes comuns era 484.332 (MEC, 2013).

E ainda sobre esses números, segundo resultados preliminares do Censo Escolar MEC/Inep de 2012, ainda em processo de verificação e fechamento, o Brasil ampliou em 7,64% o número das matrículas em educação especial na rede pública em relação ao ano anterior, passando de 584.124 para 628.768 matrículas.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, em 2010, 71.283 alunos deficientes auditivos, surdos e com cegueira estiveram matriculados na educação básica, tanto em

classes regulares quanto em escolas ou turmas de ensino especializado.

Os dados finais de 2012 para a rede particular de ensino ainda não foram divulgados, mas em 2011 foram registradas 163.409 matrículas de alunos com deficiência em estabelecimentos privados - 20% delas em escolas inclusivas, as demais (130.798) em instituições exclusivas e classes especiais.

Sendo assim, é imprescindível que os docentes, juntamente com a coordenação de cada escola, repensem os métodos de ensino e suas prática pedagógicas. É necessário colocar a teoria a favor da prática, orientando-a para que realmente atenda aos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar.

Quando se trata de educação especial, educação de alunos com necessidades especiais, esse direito é garantido por legislação específica, sendo crucial conhecê-la, para que seja devidamente adotada, e mesmo modificada, em face das necessidades colocadas pela experiência e pelo desenvolvimento sócio-histórico (SALLES *et al* 2004, p.58).

Sendo assim, este artigo tem por objetivo analisar a importância da Língua de Sinais, no desenvolvimento educativo dos alunos da rede regular de ensino.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para realização deste trabalho foram pesquisas bibliográfica, exploratória e qualitativa.

Para Marconi; Lakatos (2002) pesquisa bibliográfica trata de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, artigos, monografias, teses, entre outros; e tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, sob outros enfoques, para posteriormente chegar a conclusões.

A pesquisa exploratória, conforme Gil (2008) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Sendo desenvolvida por meio de um levantamento bibliográfico do assunto abordado.

A pesquisa qualitativa é utilizada com objetivo de conseguir informações de um problema para qual se procura uma resposta, de uma hipótese que se deseje provar, ou ainda, descobrir novos fenômenos e relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2002).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados foi efetuada pela pesquisadora, valendo-se de fontes virtuais indexadas na base de dados do *Google Acadêmico*, sendo selecionados alguns Artigos.

Elegeram-se alguns critérios para a seleção dos estudos apresentados no trabalho como:

- Língua: nacional;
- Enfoque: o ensino do aluno surdo por meio da língua brasileira de sinais;
- Características da publicação: periódicos na modalidade artigos;
- Acesso: disponível na íntegra na base de dados capturada.

Para alcançar os objetivos propostos, primeiramente realizou-se a captura das produções com o auxílio dos escritores estabelecidos, para leitura prévia ou pré-leitura. Após a leitura prévia, fez-se a leitura seletiva, e na sequência, efetuou-se a leitura analítica e por último, a interpretativa.

Sendo assim, foi utilizada a técnica proposta por Gil (2008) que relata que de posse do material, são necessárias quatro fases. A primeira é a leitura exploratória ou prévia do material, em que foi verificado se a obra é de interesse para a pesquisa. Posteriormente foi realizada a leitura seletiva, separando os materiais que realmente podem ajudar a resolver o problema de pesquisa, que se caracteriza como levantamento bibliográfico em artigos.

Em seguida, foi feita a leitura analítica, em que se ordenam as informações contidas nas fontes de forma a obter a resposta para o problema.

E por último, foi realizada a leitura interpretativa, que tem por objetivo relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual propõe solução.

Todo esse propósito teve o intuito de garantir as bibliografias de excelência a respeito do assunto.

RESULTADOS

O ensino do aluno surdo por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras é visto como um desafio para grande parte dos docentes; evidencia uma tendência pragmática sobre ensino na concepção dos docentes, pelas dificuldades na articulação no espaço escolar que supere as dificuldades no ensino de surdos, sendo fonte de pesquisa de diversos autores.

A Tabela 1 apresenta o número e a porcentagem de estudos realizados sobre o ensino do surdo de acordo com o período de 2005 a 2011.

Tabela 1 – Distribuição em número e porcentagem dos estudos analisados segundo a série histórica no período de 2005 a 2011

Ano de Publicação	Nº	%
2005	1	5,88%
2006	4	23,52%
2007	1	5,88%
2008	1	5,88%
2009	4	23,52%
2010	4	23,52%
2011	2	11,80%
Total	17	100%

Fonte: Elaborada pelos Autores

Os resultados da Tabela 1 revelam que os estudos relacionados ao ensino de alunos surdos por meio da Língua Brasileira de Sinais, tiveram mais ênfase nos anos de 2006 (23,52%), 2009 (23,52%) e 2010 (23,52%), o que se faz perceber a preocupação dos autores dos periódicos em se obter conhecimentos voltados para esta área, neste período.

Os periódicos que trataram o assunto são apresentados na Tabela 2:

Tabela 2 – Distribuição em número e porcentagem dos estudos analisados segundo os documentos pesquisados

Nome periódico	Nº	%
Voos Revista Polidisciplinar eletrônica da Faculdade de Guairacá	1	5,88%
Cadernos de educação	1	5,88%
Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires	1	5,88%
Revista ACTA Tecnológica	1	5,88%
Revista Filosofia Capital	1	5,88%
SCIENCULT Simpósio Científico Cultural	1	5,88%
Uniletras	2	11,79%
Práxis Educativa	1	5,88%
Contrapontos	1	5,88%
XX Simpósio brasileiro de informática na educação	1	5,88%
ETD Educação temática digital	3	17,64%
Educação & Realidade	1	5,88%
Domínios de Linguagem Revista eletrônica linguística	1	5,88%
Caderno Cades	1	5,88%
Total	17	100%

Fonte: Elaborada pelos Autores

A fonte de publicação caracteriza-se como um instrumento importante para a pesquisa, pois a partir dela, o pesquisador pode expor a sua produção tanto nacionalmente como internacionalmente, garantir a melhor divulgação e possibilitar a avaliação dos mecanismos de circulação da informação. Segundo os resultados da Tabela 2, pode-se observar que os periódicos que mais apresentaram o tema relacionado ao ensino de alunos surdos por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras, foram os periódicos: ETD Educação Temática Digital, apresentando 17, 64% dos estudos; e Uniletras 11,79%

A seguir, apresentam-se os artigos publicados na Tabela 3, na base de dados *Google Acadêmico*, referentes à temática escolhida.

Tabela 3 – Periódicos publicados³ entre 2005 a 2011, encontrados na base de dados Scielo e BVS, segundo ano de publicação, autores e título do trabalho**(Continua)**

Ano	Autores	Título
2005	LACERDA, C.B.F	O intérprete de língua de sinais em sala de aula: experiência de atuação no ensino fundamental.
2006	LORDI, A.C.B.; MOURA, M.C.	Primeira língua e constituição do sujeito: uma transformação social
2006	SOUZA, R.M.	Língua de sinais e escola: considerações a partir do texto de regulamentação da língua brasileira de sinais
2006	LACERDA, C.B.F.	A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência

³ Periódicos publicados utilizados pelo autor pesquisador como fonte de pesquisa, cujos elementos descritivos encontram-se listados nas referências.

Tabela 3 – Periódicos publicados⁴ entre 2005 a 2011, encontrados na base de dados Scielo e BVS, segundo ano de publicação, autores e título do trabalho

(Conclusão)

2006	SILVA, M.S. <i>et al.</i>	Qualidade do ensino de libras em cristalina-go
2007	KARNOPP, L.B.; KLEIN, M.	Narrativas de Professoras Sobre a(s) Língua(s) na Educação de Surdos
2008	PEREIRA, M.C.	Reflexões a partir da observação de uma aula de língua de sinais brasileira como primeira língua
2009	GRASSI, D.; PEREIRA, M.C.	O contexto bilíngue para surdos: escrita e ensino – um estudo de caso
2009	SILVA, F.A.M.; TREML, R.A.	A inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino
2009	SECCO, R.L.; SILVA, M.H.L.F	Proposta de um Ambiente Interativo para Aprendizagem em LIBRAS Gestual e Escrita.
2009	CRUZ, G.C. <i>et al.</i>	Escolarização de pessoas surdas na escola regular: explorando aspectos da comunicação na inclusão escolar
2009	MARTINS. D.A.; MACHADO, V.L.C.	Educação bilíngue para surdos: um olhar a partir da trajetória de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais
2010	ROTH, M.; PEREIRA JÚNIOR, A.A.	A prática pedagógica dos professores de uma escola pública para a educação de um aluno surdo
2010	LOPES, M.C.; MENEZES, E.C.P	Inclusão de alunos surdos na rede regular
2010	LOPES, S.T.C.	O processo aquisitivo da escrita da língua portuguesa por surdos
2010	OLIVEIRA, D.R.; ARAÚJO, D.A.C	Surdez: tendências de comunicação e suas implicações no ensino
2011	LIMA, M.C. S; CARNIELLI, B.L.	Surdez e a criatividade em uma perspectiva bilíngüe

Fonte: Elaborada pelos Autores

DISCUSSÃO

Segundo Grassi; Pereira (2009), a Língua de Sinais é apresentada como uma modalidade diferenciada da Língua Portuguesa, visto que é uma língua gestual-visual, tendo uma estrutura gramatical diferenciada. Para os autores, a língua portuguesa deve ser tida como segunda língua para os surdos, sendo seu aprendizado posterior ao da língua de sinais. No entanto, os alunos com surdez ainda se deparam com grandes problemas e limitações no que se refere à aprendizagem, sendo o problema linguístico notado como o principal agravante nas dificuldades de aprendizagem dos surdos.

De acordo com Silva; Treml (2009), mesmo com a promulgação de leis como a LDB 9394/96 (Artigo 59), a Lei 10.172/2001 e a lei Federal nº 10.436/2002, as quais reconhecem a Língua Brasileira de Sinais como método legal de comunicação e expressão do surdo e com o acréscimo do Decreto nº 6.094/2007, o qual defende a permanência de todos no ensino regular, prestando o atendimento adequado às necessidades especiais, são visíveis as dificuldades enfrentadas pelos surdos quanto à participação social, dominada por ouvintes.

Lacerda (2005), afirma que a atuação do intérprete educacional no âmbito escolar requer uma interação entre ele e o aluno surdo em sala de aula, para se obter uma evolução do trabalho pedagógico.

⁴ Periódicos publicados utilizados pelo autor pesquisador como fonte de pesquisa, cujos elementos descritivos encontram-se listados nas referências.

Segundo o autor, problemas no ambiente escolar, bem como as dificuldades em adaptar a metodologia de ensino às estratégias de aula, acabam por excluir o aluno surdo de determinadas atividades.

De acordo com estudo produzido por Roth; Pereira Júnior (2010), pode-se verificar que os docentes e coordenadores necessitam ter conhecimento das características do processo inclusivo, bem como suas possibilidades e dificuldades, pois somente assim é que a inclusão pode ocorrer de maneira concreta.

Para que isso se efetive, é imprescindível o investimento na capacitação docente, a fim de oferecer condições reais para lidarem com esse aluno com necessidades especiais. Além disso, é necessário que o ambiente escolar seja acolhedor e estimule o aluno a progredir. Inseguranças, despreparo e carências influem muito na inclusão do aluno surdo.

Conforme Secco; Silva (2009) é importante a construção de um ambiente escolar que contribua para a comunicação entre surdos e ouvintes, constituindo um espaço interativo, que valorize os aspectos da aprendizagem de Libras.

Em consonância com a afirmação, Lopes (2010) destaca que para incluir o aluno surdo na escola regular é necessário adaptar estratégias e recursos pedagógicos, bem como capacitar os profissionais da educação para que esses se tornem professores bilíngue ou na falta destes, intérpretes fluentes. A inclusão só acontece com toda a equipe escolar atuando juntos.

Para Souza (2007), no Brasil, a Constituição Federal de 1988 “garante o atendimento educacional especializado, sendo que o mesmo seja realizado de preferência na rede regular de ensino, com recursos humanos capacitados, materiais e equipamentos públicos adequados em escola próxima a sua residência”. Entretanto, é evidente que são poucos os recursos direcionados a esse fim.

As escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos, zonas desfavorecidas ou marginalizadas (UNESCO, 1994, p. 18).

Silva *et al* (2006), salienta que as crianças que ainda não adquiriram a linguagem de sinais - Libras, geralmente apresentam uma maior dificuldade na aprendizagem da língua portuguesa. Dentro desse contexto, torna-se imprescindível a habilitação desses alunos para a comunicação entre si (surdo-surdo), com a família e a sociedade (surdo-ouvinte), o que refletirá em sua aprendizagem em sala de aula.

Araújo; Oliveira (2010) enfatizam que são necessárias mudanças nas práticas metodológicas utilizadas nas escolas, a fim de que seja possível oferecer uma educação de qualidade, através de ações participativas e interação do aluno no ambiente escolar.

Lodi; Moura (2006) enfatizam que sem o ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua, dificilmente os alunos surdos aprenderão a língua portuguesa, visto que a Libras é a forma de comunicação essencial entre o aluno e o docente.

Apesar dos avanços, em termos de legislação, os educadores da linguagem que trabalham com crianças e jovens surdos ainda carecem de conhecimentos teóricos consistentes que embasem as suas práticas (PEREIRA, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem é o principal meio pelo qual, as pessoas se integram na sociedade. Por meio dela, se expressam ideias, opiniões, desejos e pensamentos. É pela linguagem que o indivíduo aprende sobre o mundo, intervém nele e na sociedade.

A Língua Brasileira de Sinais, forma de comunicação da comunidade surda, permite o desenvolvimento linguístico, social e intelectual destes indivíduos, o que favorece o seu acesso ao conhecimento cultural-científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertencem.

Sendo assim, verifica-se que é de suma importância para o ser humano ter uma língua de comunicação com a qual irá conhecer o espaço em que vive, interagir com a sociedade e agir sobre ela.

O aluno surdo precisa e deve ser socializado com pessoas ouvintes. O convívio diário gera uma interação entre pessoas consideradas “diferentes” em ambientes comuns, fato que possibilita grandes avanços, tanto na personalidade, quanto no desenvolvimento cognitivo do deficiente auditivo.

Porém, desde os anos iniciais de vida, o surdo passa por uma grande barreira, tanto social, quanto educacional.

A dificuldade existente na escolarização dos indivíduos surdos tem relações com as questões da língua, pois a Libras é visuoespacial e sua gramática é diferente à da Língua Portuguesa. O procedimento para um surdo aprender a língua portuguesa na modalidade escrita é o mesmo pelo qual um ouvinte passa ao aprender uma segunda língua. Antes que o aprendizado desta se efetive, deve ser garantido ao surdo, de acordo com o objetivo da abordagem bilíngue, primeiro a aquisição da Língua de Sinais como primeira língua, que possibilitará ao surdo construir sua subjetividade e, prover um suporte linguístico para que ele aprenda a Língua Portuguesa.

Dessa maneira, vê-se como um caminho a união de uma metodologia voltada a realidade do surdo e capacitação do professor para que o ensino do surdo se dê de forma efetiva e concreta.

Dentro deste contexto, é imprescindível que o governo e as escolas, juntamente com a coordenação e os seus gestores, capacitem seus docentes a fim de que os alunos surdos sejam verdadeiramente inseridos no ensino regular.

Não basta aceitar que o aluno possui uma deficiência, mas sim fazer com que a escola e toda a equipe esteja realmente preparada para acolhê-lo e fazer com que ele se desenvolva de forma plena, afinal, as escolas devem acolher todos os alunos, independente de sua condição física ou intelectual.

REFERÊNCIAS

AMARO, A.M. Inclusão do surdo na escola regular: desafios e conquistas na aquisição da leitura e escrita dos surdos. **Revista Eficaz** Instituto Eficaz de Maringá/PR., Junho/ 2010, p.1-8.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9394/96. 1996.

CRUZ, G.C. *et al*. **Escolarização de pessoas surdas na escola regular**: Explorando aspectos da comunicação na inclusão escolar. 2009.

GIL, A.C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRASSI, D.; PEREIRA, M.C. O contexto bilíngüe para surdos: escrita e ensino – um estudo de caso. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 31, n. 1, p. 45-58, jan./jun. 2009.

KARNOPP, L.B.; KLEIN, M. **Narrativas de professores sobre a(s) Língua(s) na Educação de Surdos**. 2007.

LACERDA, C.B.F. O intérprete de língua de sinais em sala de aula: experiência de atuação no ensino fundamental. **Contrapontos**, Itajaí, v.5, n. 3, set/dez 2005, p. 353-367

_____. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LACERDA, C.B.F.; LODI, A.C.B. A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngüe para alunos surdos. **UNIMEP GT: Educação Especial / n.15.**, 2007.

LIMA, M.C.S; CARNIELLI, B.L. Surdez e criatividade em uma perspectiva bilíngüe. **Revista Filosofia Capital**, Brasília, v.6, n.12, p. 87-99, 2011.

LOPES, S.T.C. O processo aquisitivo da escrita da língua portuguesa por surdos. **Revista ACTA Tecnológica**, v. 5, n. 2, p.126-138, jul-dez. 2010.

LOPES, M.C.; MENEZES, E.C.P. Inclusão de alunos surdos na rede regular. **Cadernos de Educação**, Pelotas v.36, p.69 - 90, maio/ago. 2010.

LORDI, A.C.B.; MOURA, M.C. Primeira língua e constituição do sujeito: uma transformação social. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.1-13, jun. 2006.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, D.A.; MACHADO, V.L.C. Educação bilíngüe para surdos: um olhar a partir da trajetória de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. **ETD Educação Temática Digital**, Campinas, v.11, n.1, jul./dez. 2009, p.234-254.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) (Verbetes)**. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2006.

NAZARETH, M.C.M. *et al.* **A dificuldade no ensino da língua portuguesa para alunos surdos usuários de “libras”**. 2007.

OLIVEIRA, D.R.; ARAÚJO, D.A.C. Surdez: tendências de comunicação e suas implicações no ensino. **SCIENCULT Simpósio Científico Cultural**, Paranaíba v. 2 n. 1 p. 117-124 2010.

PEREIRA, M.C. Reflexões a partir da observação de uma aula de língua de sinais brasileira como primeira língua. **Domínios de Linguagem Revista eletrônica linguística**, ano 2, n. 1, p.1-15, 2008.

ROTH, M.; PEREIRA JÚNIOR, A.A. A prática pedagógica dos professores de uma escola pública para a educação de um aluno surdo. **Voos Revista Polidisciplinar eletrônica da Faculdade de Guairacá**, v.2, jul.2010, p.15-31.

SALLES, M.H.M.L. *et al.* **Ensino de lingual portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. 2 ed. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SECCO, R.L.; SILVA, M.H.L.F. Proposta de um Ambiente Interativo para Aprendizagem em LIBRAS Gestual e Escrita. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 20 Florianópolis, de 17 a 20 nov. 2009.

SILVA, F.A.M.; TREML, R.A. A inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 31, n. 1, p. 11-31, jan./jun. 2009.

SILVA, M.S. *et al.* **Qualidade do ensino de libras em Cristalina-GO**. Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires, 2006.

SKLIAR, C. (org). **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUZA, M. **Aspectos práticos da inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva na cidade de Belo Horizonte**. (Graduação em Fonoaudiologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 28.

SOUZA, R.M. Língua de sinais e escola: considerações a partir do texto de regulamentação da língua brasileira de sinais. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.266-281, jun. 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

